Revista da Câmara Municipal de São Paulo

apartes

NÚMERO 13 - MAR-ABR/2015

Distribuição gratuita

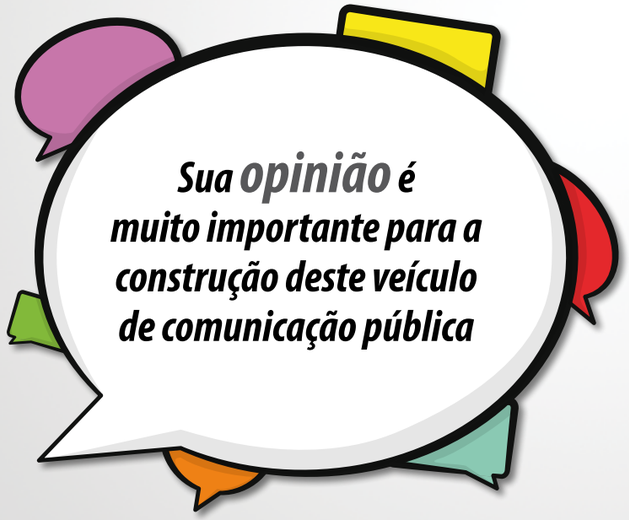
Resistência e esperança

Conselho Municipal dos Povos Indígenas busca assegurar que as próximas gerações de índios paulistanos tenham garantidos direitos como terra e educação

Crianças da Terra Indígena Guarani da Barragem, localizada no extremo sul da capital

Dulce Braga
A primeira senadora paulista brilhou também na música e na literatura

Pouco verde, muito cinza
São Paulo sofre com falta de manutenção de árvores e plantio equivocado



Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
@RevistaApartes

Curta:
/RevistaApartes

Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Mesa Diretora

Presidente: Antonio Donato (PT)
1ª Vice-Presidente: Edir Sales (PSD)
2º Vice-Presidente: Toninho Paiva (PR)
1º Secretário: Aurélio Nomura (PSDB)
2º Secretário: Paulo Frange (PTB)
1ª Suplente: Noemi Nonato (PROS)
2º Suplente: Eduardo Tuma (PSDB)
Corregedor: Dalton Silvano (PV)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV), Adilson Amadeu (PTB), Adolfo Quintas (PSDB), Alessandro Guedes (PT) - suplente em exercício, Alfredinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Anibal de Freitas (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Antonio Donato (PT), Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atílio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB) - licenciado, Jonas Camisa Nova (DEM), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Marcos Belizário (PV) - suplente em exercício, Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT) - licenciado, Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PCdoB), Noemi Nonato (PROS), Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Quito Formiga (PR), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Salomão Pereira (PSDB) - suplente em exercício, Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Valdecir Cabrabom (PTB) - suplente em exercício, Vavá (PT), Wadih Mutran (PP)

Expediente

Editor executivo: José Carlos Teixeira de Camargo Filho
Elaboração: CCI.3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Supervisora: Maria Isabel Lopes Correa
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho, Rodrigo Garcia
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência, Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha, Marcelo Ximenez
Editoração e arte: Elton Jhones Pereira e Rogério Alves
Estagiários: Alyne Scarpioni, Bruno Garutti, Fernando Maluf Ferrari
Equipe executiva e de expedição: Leandro Uliam, Leonardo Pedrazzoli, Lívia Tamashiro
Unidades de apoio: Procuradoria, Secretaria Geral Parlamentar - SGP Secretaria de Documentação - SGP.3, Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Fotos de Ricardo Rocha/CMSP

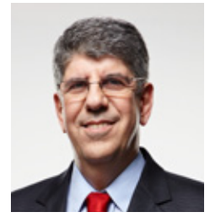
Revista Apartes – Palácio Anchieta
Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 10.000 exemplares
Fechamento desta edição: 7/4/2015

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal **www.camara.sp.gov.br**.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador Antonio Donato
Presidente da CMSP



Ser vereador em uma cidade com as dimensões e a importância de São Paulo implica lidar com questões que, muitas vezes, parecem fugir ao raio de ação possível para um parlamentar municipal. Alguns temas têm ligação direta com a atuação dos governos estadual e federal, mas nem por isso a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) ignora tais problemas. Pelo contrário, debruça-se sobre eles e procura propostas para colaborar com a solução.

A reportagem de capa desta edição, *Terra, respeito e outros direitos*, trata da questão dos indígenas que vivem no Município de São Paulo. A competência para legislar sobre o tema, conforme determina o artigo 22 da Constituição Federal, é privativa da União. Mesmo assim, uma importante iniciativa da CMSP criou em 2010 o Conselho Municipal dos Povos Indígenas (Compisp), ferramenta que tem conseguido organizar os índios da capital para que possam lutar pelos seus direitos. Dentre eles, especialmente terra, bem que foi sendo arrancado dos nativos desde a colonização do País.

Neste número, também tratamos das propostas adotadas pelo Parlamento paulistano para amenizar a grave crise hídrica pela qual temos passado nos últimos meses. O assunto refere-se diretamente ao governo do Estado, que controla a Sabesp, mas os vereadores têm feito grande esforço para apresentar e aprovar leis que ajudem a minimizar o problema. Além disso, no próprio Palácio Anchieta, sede da CMSP, adotamos todas as medidas para diminuir o uso de água na manutenção e limpeza do prédio. Essas iniciativas estão na reportagem *Para não secar as fontes*.

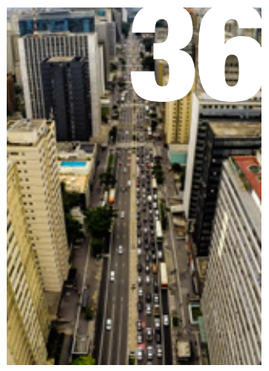
Também nesta edição, falamos sobre a questão da falta de árvores na cidade de São Paulo e do tratamento equivocado que as remanescentes recebem, ocasionando quedas e outros problemas. Podemos dizer, inclusive, que essa pouca quantidade de verde é responsável pela falta de chuva, já que as árvores são "fábricas naturais". Saiba mais sobre as ações relativas ao tema, propostas pelos vereadores, em *O verde da selva de pedra*.

Já se tornou tradição e uma das marcas da **Apartes** a elaboração de perfis de ex-vereadores históricos. Desta vez, em *Nas trilhas da arte e da política* contamos um pouco sobre a trajetória de Dulce Salles Cunha Braga, que esteve por três mandatos na CMSP e entrou para a história como a primeira senadora pelo Estado de São Paulo.

Por fim, este número traz reportagens sobre o Câmara no Seu Bairro, que começou em março e até o fim do ano fará uma sessão em cada região das Subprefeituras paulistanas; sobre a Lei de Zoneamento, outra grande missão deste ano para os vereadores; e a respeito do Prêmio Sabotage, que teve sua primeira edição em 2015 e homenageou figuras importantes do hip hop de São Paulo.

Foto: Assessoria vereador Antonio Donato

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br



SUMÁRIO

3 **Palavra do Presidente**

6 **Notas**

8 **Crise hídrica**
Para não secar as fontes

14 **Indígenas**
Terra, respeito e outros direitos

19 **Participação**
A Câmara vai aos bairros

22 **Ambiente**
O verde da selva de pedra

30 **Perfil**
Dulce Braga - Nas trilhas da arte e da política

36 **Urbanismo**
O passo seguinte

40 **Premiação**
Festa da rima

Vereadoras são homenageadas

Equipe de Eventos/CMSP

Dia Internacional da Mulher

A CMSP realizou, em 12 de março, Sessão Solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março. Na ocasião, foram homenageadas as vereadoras Edir Sales (PSD), Juliana Cardoso (PT), Noemi Nonato (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB) e Sandra Tadeu (DEM), que receberam um ramalhete de flores.

A cabo PM Simone Pereira de Oliveira, a guarda metropolitana Patrícia Elaine Monteiro e a funcionária da CMSP Solange Rainone dos Santos foram escolhidas pela Mesa Diretora para receberem uma placa comemorativa em nome de todas as mulheres que trabalham na Câmara.

Também foram homenageadas 16 mulheres que atuam em prol da sociedade, escolhidas pelos 16 partidos com representação na Câmara.

"Esta solenidade é uma forma da nossa Casa de Leis valorizar o público feminino e mostrar que o seu trabalho tem uma grande ênfase na defesa e na garantia dos seus direitos", afirmou Edir Sales, primeira-vice-presidente da Mesa Diretora, que presidiu a Sessão Solene.

Vítimas de acidente são homenageadas com o Prêmio Heleieth Saffioti

As militantes feministas Rosângela Rigo e Lurdinha Rodrigues receberam, postumamente, o Prêmio Heleieth Saffioti, em cerimônia no Salão Nobre do Palácio Anchieta, em 26 de março. Ambas integravam a equipe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e faleceram após um acidente de carro, em 14 de fevereiro.

"Elas têm uma grande história, na questão de mulheres negras, indígenas e LGBT. Tiveram uma organização muito forte, de mobilização e formação de muitas mulheres", declarou a vereadora Juliana Cardoso (PT), autora da proposta que criou a premiação.

O Prêmio Heleieth Saffioti é concedido a mulheres ou entidades que tenham se destacado em ações de combate à discriminação social, sexual ou racial e na defesa dos direitos das mulheres no Município de São Paulo. Heleieth foi uma socióloga e militante feminista falecida em 2010, pioneira na América Latina nos estudos de gênero no universo acadêmico.

CPI vai investigar planos de saúde

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Planos de Saúde foi instalada na Câmara Municipal de São Paulo, com a missão de apurar os serviços prestados pelas empresas de convênio médico na cidade. Segundo a presidente da CPI, vereadora Patrícia Bezerra (PSDB), os parlamentares querem ouvir os usuários sobre o mau atendimento na saúde. "A gente quer dar voz ao usuário", afirmou a parlamentar à Web Rádio Câmara.

O relator da Comissão, Gilberto Natalini (PV), afirmou que a Comissão pretende ouvir médicos, profissionais da saúde e entidades de defesa do consumidor, além de donos de convênio, para buscar um caminho que melhore o atendimento privado à população de São Paulo.

Novos vereadores

Neste ano, nove novos vereadores assumiram seus mandatos na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Pediram licença do Parlamento municipal os vereadores Jean Madeira (PRB), para assumir a Secretaria Estadual de Esportes, Lazer e Juventude; Antonio Carlos Rodrigues (PR), que se tornou ministro dos Transportes; e Nabil Bonduki (PT), nomeado secretário municipal da Cultura. Floriano Pesaro (PSDB), foi eleito deputado federal e licenciou-se para ser secretário estadual de Desenvolvimento Social, enquanto Goulart (PSD) assumiu mandato na Câmara Federal.

Em 15 de março, cinco vereadores deixaram a Câmara para assumir mandatos na Assembleia Legislativa: Coronel Camilo (PSD), que havia assumido no lugar de Pesaro, Coronel Telhada (PSDB), José Américo (PT), Marta Costa (PSD) e Roberto Tripoli (PV).

Entraram na Câmara Municipal Valdecir Cabrabom (PTB), Adolfo Quintas (PSDB), Wadih Mutran (PP), Alessandro Guedes (PT), Anibal de Freitas (PSDB), Jonas Camisa Nova (DEM), Quito Formiga (PR), Salomão Pereira (PSDB) e Marcos Belizário (PV).A lista completa de vereadores está em *www.camara.sp.gov.br*.

Palácio Anchieta recebe iluminação roxa em apoio às pessoas com a doença

Equipe de Eventos/CMSP

Luzes chamam a atenção para a epilepsia

O Palácio Anchieta, sede da CMSP, ficou iluminado por luzes roxas em apoio às pessoas com epilepsia. A ação foi parte da campanha para promover a conscientização e inclusão social das pessoas que sofrem com o problema e ocorre na semana em que foi celebrado o Dia Roxo, 26 de março.

Além da iluminação especial, a Câmara foi sede do 1º Encontro Municipal sobre Epilepsia, que discutiu a conquista de direitos e o fim da exclusão social. A iniciativa foi do vereador Gilberto Natalini (PV).

Bombeiros recebem homenagem

Cinco bombeiros que se destacaram por ato de heroísmo receberam o Prêmio Coronel Hélio Barbosa Caldas, uma homenagem da CMSP aos profissionais do Corpo de Bombeiros. Na edição deste ano, receberam a Salva de Prata o capitão Rodrigo Otavio Barelli, o primeiro-tenente César Tadeu Ribeiro Florindo, o cabo Eduardo Roberto de Lima, o cabo Hermínio Reigada Júnior e o soldado Levi Prisco.

Na Sessão Solene de 9 de março, a cabo Marlene da Conceição Silva, que desde 2012 desempenha a função de bombeiro no Palácio Anchieta, sede da CMSP, também foi homenageada. "É muito importante essa valorização da mulher, em especial na corporação, porque nós somos minoria e eu me sinto muito honrada em representá-las", comentou Marlene.

O vereador Ricardo Nunes (PMDB) presidiu a sessão solene e ressaltou o respeito que os cidadãos demostram pelos bombeiros.

O coronel Hélio Barbosa Caldas, que batiza o prêmio, destacou-se nas operações de resgate das vítimas dos maiores incêndios na cidade. No Joelma, em 1º de fevereiro de 1974, ele desceu para o terraço do prédio preso em uma corda de 12 metros pendurada a um helicóptero. Dois anos antes, ele foi o primeiro a chegar ao telhado do Andraus para organizar o salvamento.

Comunicação Sabesp

Para não secar as fontes

Com leis, debates e investigações, Câmara participa da luta para solucionar problema da falta de água

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Apesar do grande volume de chuvas em março, o risco de um racionamento de água não está descartado na cidade de São Paulo. Com isso, ganham ainda mais importância as campanhas para se evitar o desperdício, e a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) também tem participado desse esforço. Além de aprovar projetos que tratam da economia de água, os vereadores têm organizado encontros para analisar a questão e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investiga o contrato da Prefeitura com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Em março, após muitos debates, os vereadores aprovaram um substitutivo ao Projeto de Lei (PL) 529/2014, que estabelece advertência inicial para quem for flagrado lavando calçadas com água tratada. O desperdício poderá ser punido com multa de R$ 250, mas apenas em caso de reincidência. Na terceira vez em que isso ocorrer, o valor cobrado passa para R$ 500.

AMEAÇA
Reserva atual do sistema Cantareira é inferior à do mesmo período do ano passado (foto) e risco de racionamento continua

A CMSP ainda aprovou uma emenda ao PL 529, proposta pelo líder de governo, Arselino Tatto (PT), que prevê a implantação de sistemas de capacitação, armazenamento e utilização de águas pluviais em equipamentos públicos, por parte da Sabesp. A emenda e o projeto de lei, assinado por Ari Friendebach (PROS), José Police Neto (PSD), Laércio Benko (PHS), Mário Covas Neto (PSDB), Nabil Bonduki (PT), Nelo Rodolfo (PMDB), Paulo Frange (PTB) e pelo ex-vereador Roberto Tripoli, seguiram para sanção do prefeito Fernando Haddad (PT).

Os parlamentares também aprovaram, em 18 de março, o substitutivo do PL 870/2013, apresentado por 44 vereadores, que prevê o reuso de água para lavagem de ruas, calçadas, praças públicas, monumentos, pátios, estacionamentos, caminhões, piscinões e outras áreas em que não há necessidade do uso do recurso potável.

O projeto fixa também o prazo de três anos para que lava-rápidos e postos de combustível providenciem estrutura para armazenar água de chuva para lavagem de veículos.

O texto do substitutivo foi elaborado a partir de vários projetos que estavam sendo analisados na Casa. A sistematização das propostas foi feita pelo vereador Natalini (PV). Para ser tornar lei o projeto tem de ser sancionado pelo Executivo.

No mesmo pacote de iniciativas aprovadas e que aguardam sanção do prefeito está o PL 39/2011, de Adilson Amadeu (PTB), que institui o IPTU Verde, com incentivos e descontos no imposto para imóveis que adotarem medidas de economia de recursos. Mas o prefeito vetou o projeto, que voltou para a Câmara. Além dos PLs acima, os parlamentares aprovaram em primeira discussão outras propostas para proteger e economizar água. (ver quadro na pág. 12).

DEBATES

Com a finalidade de averiguar os contratos entre a Sabesp e a Prefeitura e a falta de água em vários bairros da cidade, foi instalada na Câmara Municipal uma CPI. A Comissão tem ouvido depoimentos de representantes de diversos setores e feito diligências para apurar as consequências da crise hídrica para a população. Ao mesmo tempo, o Palácio Anchieta, sede da CMSP, tem sido palco de eventos para discutir os desdobramentos dessa crise.

CONSCIÊNCIA • Claudinho de Souza criou o Dia de Mobilização pela Despoluição das Águas do Rio Tietê

Marcelo Ximenez/CMSP

Um rio desperdiçado

TIETÊ
Rio já chega a São Paulo poluído por causa do esgoto das outras cidades

Comunicação Sabesp

Muita gente passa pela Marginal do Tietê, umas das principais vias de São Paulo, vê tanta água e se indaga como uma cidade cortada por um rio tão grande pode estar enfrentando uma crise hídrica. “Por que não se usa essa água?”, pergunta-se. A resposta é simples: porque está poluída. Já esteve pior, mas ainda está suja, muito suja. Despoluir o Tietê, um rio de grande importância histórica e simbólica, é fundamental para que suas águas sejam mais utilizadas.

Essa é uma luta que os paulistanos abraçam. A Lei 14.075/2005 tornou 12 de outubro o Dia de Mobilização pela Despoluição das Águas do Rio Tietê. Nessa data, devem ser realizados eventos que incentivem a tomada de consciência sobre a importância de despoluir o rio e seus afluentes, afirma o vereador Claudinho de Souza (PSDB), autor da proposta. Ele explica que escolheu esse dia porque desde 2004 uma procissão fluvial é realizada na altura da Ponte do Piqueri, zona oeste de São Paulo, para celebrar o Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, e também para denunciar as más condições do rio. “Essa data é para provocar a sociedade a prestar atenção nos descuidos que estamos tendo com o Tietê”, completa Souza.

DESPOLUIÇÃO

Desde a década de 1990, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) vem realizando ações para despoluir o Tietê, como a ampliação do tratamento de esgotos. Segundo a empresa, a mancha de poluição do rio já diminuiu 70%. “A Sabesp está realizando a sua parte, implantando a infraestrutura necessária para tratamento de esgoto”, afirmou a empresa em nota oficial à **Apartes**. Ela ressaltou que só pode atuar nas áreas que estão urbanizadas, ou seja, nas áreas regulares.

Segundo especialistas em recursos hídricos, as ações da Sabesp têm obtido resultados positivos, contudo ainda insuficientes. “Há avanços, mas são lentos”, lamenta a geógrafa Stela Goldenstein, diretora-executiva da ONG Águas Claras do Rio Pinheiros. “Nesse ritmo, nossos filhos talvez possam tomar banho no Tietê quando forem bem velhinhos”, brinca.

A geógrafa explica que a poluição do trecho paulistano do Tietê é basicamente de três tipos: das indústrias, dos esgotos não tratados e a difusa (na maioria das vezes, lixo jogado na rua). A industrial caiu bastante, principalmente por causa do aumento da fiscalização da Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e da saída de muitas fábricas da região metropolitana, segundo Stela.

Hoje, o principal problema é a falta de saneamento. Nesse aspecto, São Paulo é vítima de outros municípios, que têm poucas casas ligadas à rede de saneamento. “O Tietê já entra poluído em nossa cidade”, lamenta a geógrafa. Segundo ela, uma forma de diminuir esse tipo de poluição é que todas as casas sejam ligadas à rede de esgoto e que este seja tratado antes de chegar ao Tietê. Quanto à poluição difusa, a Sabesp e a geógrafa concordam que a população pode fazer muito para diminuí-la, principalmente não jogando lixo nas ruas.

ESFORÇO
Ações contra a poluição do Tietê têm dado resultados, mas ainda são insuficientes

Comunicação Sabesp

Projetos aprovados em 1ª votação

PL	VEREADOR	PROPOSTA
185/2011	Eliseu Gabriel (PSB)	Proíbe descarte de óleo no esgoto.
267/2014	Conte Lopes (PTB)	Obriga o uso de instalações sanitárias mais econômicas.
381/2014	Noemi Nonato (PROS)	Determina que prédios tenham reserva de água de reuso.
362/2011	Sandra Tadeu (Democratas)	Determina que condomínios tenham reservatórios para captação de água pluvial.
50/2008	Aurélio Miguel (PR)	Cria o Programa Municipal de Combate ao Aquecimento Global e às Mudanças Climáticas.

*Situação dos projetos até no dia 30 de março

Por iniciativa da Frente Parlamentar pela Sustentabilidade, juntamente com outras entidades, foi realizada a Virada da Água – Caminhos para a Abundância. O evento contou com exposições sobre a importância de soluções criativas para o meio ambiente, além de demonstrações de cisternas e formas de filtragem da água.

A Escola do Parlamento da CMSP também participou da campanha. Junto com a Procuradoria-Geral do Município e outros órgãos, realizou a sétima edição do Fórum da Cidade, cujo tema este ano foi Quem Cuida da Cidade? – Cidadania e Recursos Hídricos. Durante os debates, ocorridos na Câmara, especialistas em direito e meio ambiente discutiram como a água pode ser utilizada de uma forma mais consciente.

A CMSP ainda recebeu autoridades internacionais sobre o assunto, que expuseram as soluções encontradas em suas cidades. Uma delas foi a arquiteta norte-americana Mia Lehrer, que mostrou como os programas de reuso da água e de tratamento de esgoto têm ajudado Los Angeles a combater a falta de água sem prejudicar a população. "Criamos o Programa Uma Água, indicando que a água, potável ou não, é uma só. Então a água não potável pode se transformar em potável", explicou Mia no debate Cidades Sustentáveis e Crise Hídrica, organizado pelo vereador José Police Neto (PSD).

Por sua vez, o urbanista Carlos Leite falou, no mesmo evento, sobre seu projeto para revitalizar o Rio Piracicaba e como São Paulo poderia seguir o exemplo de Piracicaba, no interior paulista. Segundo ele, o problema da capital não é a falta de água, mas sim a forma como o Município foi se desenvolvendo, sem respeitar o curso dos rios e sem proteger os mananciais.

Já um encontro da série Segundas Paulistanas procurou responder a questão "o que precisamos aprender com a crise hídrica?". O objetivo do evento, organizado pelo vereador Ricardo Young (PPS), foi discutir com pesquisadores, ativistas ambientais e a sociedade novos hábitos para que a escassez de água seja superada.

INCENTIVO
Adilson Amadeu propôs criar programa de IPTU Verde, mas o prefeito vetou

Guite Garbelotto/CMSP

Guite Garbelotto/CMSP

REAPROVEITAMENTO • Águas da chuva devem ser armazenadas e utilizadas nos prédios públicos, defende Arselino Tatto

PROBLEMA HISTÓRICO

Não é de hoje que a Câmara preocupa-se com o futuro da água. Há 10 anos, os vereadores aprovaram a Lei 14.018/2005, que instituiu o Programa Municipal de Conservação e Uso Racional da Água e Reuso em Edificações. A norma incentiva ações simples, que podem ser tomadas mesmo em casa, como pôr restritores de vazão em chuveiros, arejadores nas torneiras, trocar as descargas contínuas por vasos sanitários com caixas acopladas de seis litros e colocar hidrômetros individualizados nos condomínios, além de priorizar a captação e o reuso de água. O autor da proposta, vereador Aurélio Nomura (PSDB), disse que a lei fez tanto sucesso que foi copiada por outros municípios do Brasil.

Nomura já havia apresentado um PL que em 1996 virou a Lei 11.998, determinando que em 21 de março seja comemorado o Dia Municipal da Água. "É preciso chamar a atenção para que haja ações de fato, a fim de que esse bem finito possa ser preservado para as próximas gerações", afirma o parlamentar na justificativa do projeto.

Além de leis, investigações e debates, a Câmara tomou medidas práticas para economizar água. As torneiras dos banheiros do Palácio Anchieta passaram por manutenção e tiveram a vazão da água reduzida. A lavagem das escadas e corredores passou a ser feita com pano úmido.

Os esforços estão sendo reconhecidos. Segundo uma pesquisa da revista *sãopaulo*, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, as torneiras da Câmara possuem uma vazão ideal de água. A reportagem testou os equipamentos de 17 locais públicos da cidade e utilizou critérios da Sabesp para avaliar se o fluxo era excessivo (acima de 100 ml/segundo), ideal (entre 40 e 100 ml/segundo) ou desconfortável (menor que 40 ml/segundo). No Palácio Anchieta, a vazão apurada pela revista foi de 50 ml/segundo.

Mozart Gomes/CMSP

MODELO • Programa de Conservação e Uso Racional da Água foi copiado por outros municípios, conta Nomura

Luiz Franca/CMSP

RESERVATÓRIO • Minicisterna para guardar água das chuvas é uma das opções analisadas pela Frente Parlamentar pela Sustentabilidade

Terra, respeito e outros direitos

Aguerridos por tradição, índios paulistanos se organizam em conselho para lutar por espaço e outras reivindicações

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

LAR • Cacique Elias (à direita) e sua família fazem artesanato na aldeia Guarani da Barragem

Fotos: Ricardo Rocha/CMSP

Quando não está comandando rituais religiosos, o pajé e cacique Elias Onório dos Santos esculpe grandes felinos em miniatura para vender e ajudar na sobrevivência da família. A cena é o reflexo do confinamento e da descaracterização a que estão reduzidos os guaranis das aldeias paulistanas. Os brancos ocuparam "as áreas que já foram nossas, as cachoeiras, os rios e a mata que é própria para as nossas crianças", lamenta ele, compenetrado, enquanto entalha a madeira. Ao redor, seus familiares preparam um frango para o jantar, cuidam das crianças e criam outras peças de artesanato. Uma rotina muito distante do *nhandereko* (modo de vida indígena, em guarani).

Na comunidade do cacique, os poucos que se adaptam ao mundo dos brancos tentam um emprego por lá, já que o pedacinho de mata que lhes restou impede a caça, a pesca e o plantio sazonal. "Se fosse há 40, 50 anos, essa era época (fevereiro) de caçar e já não plantava mais. Seria só colheita, guardar semente e plantar no futuro. Com essa história de lugar fixo, pela demarcação, houve muita perda", conta Adriano Karai Poty, que habita com Santos a Terra Indígena Guarani da Barragem, no extremo sul do Município de São Paulo.

Poty refere-se à regularização de suas terras, ocorrida na década de 1980. O processo deu mais segurança aos indígenas, mas por outro lado oficializou a limitação de seu espaço. "Os processos de demarcação anteriores à Constituição Federal de 1988 não tinham aparato legal para levar em conta a continuidade territorial das áreas habitadas pelos guaranis e, por isso, demarcaram pequenos espaços que não garantem a sobrevivência desses indígenas", explica Adriana Queiroz Testa, doutora em antropologia e integrante do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (USP).

Guarani da Barragem tem 26,3 hectares e é uma das três terras indígenas regularizadas (registradas em nome da União) na capital, após serem delimitadas, no início da década de 1980, e demarcadas fisicamente em 1987. As outras são Krukutu (com 25,9 hectares) e Jaraguá (com 1,7 hectare). As duas primeiras ficam na região de Parelheiros, na região sul. A terceira, em estado de favelização, fica próxima ao Pico do Jaraguá, na zona norte, e é a menor área indígena reconhecida no País. Equivale a pouco menos de dois quarteirões de medida padrão. Os três territórios pertencem majoritariamente ao povo guarani mbya e abrigam parcialmente os índios da capital. Os demais pertencem a diversas etnias e estão espalhados pela cidade (veja box ao lado).

Na busca por mais espaço e outros direitos, os guaranis se organizaram no Conselho Municipal dos Povos Indígenas (Compisp), que oficializou os grupos locais para negociarem com o Executivo local e o federal. O órgão foi criado pela Lei 15.248/2010, aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e proposta pela vereadora Juliana Cardoso (PT), com o objetivo de dar sugestões e ser consultado pela Prefeitura na elaboração e implementação de políticas públicas para os indígenas paulistanos, bem como acompanhar e avaliar essas medidas. Poty já participa das reu-

Principais etnias residentes no Município

Atikun (zona norte)
Fulni-ô (zona norte)
Guarani mbya (Terras Indígenas no Jaraguá e Parelheiros)
Guarani nhandeva (zona leste)
Kaimbé (vários bairros)
Kaingang (zona sul)
Kapinawá (zona leste)
Karajá (zona sul)
Kariri-Xokó (zona norte)
Kaxinawá (centro)
Pankararé (vários bairros)
Pankararu (vários bairros)
Potiguara (São Miguel Paulista e Santo Amaro)
Terena (zona norte)
Tupinambá (zona leste)
Xavante (zona sul)
Xukuru (zona sul)

Fonte: Trabalho de conclusão de curso *Os desafios da moradia indígena no contexto urbano de São Paulo*, apresentado em 2015 à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo por Amaro Cosmo de Mesquita e Bruno Tserebutuwe Tserenhimi´rãmi.

Ricardo Rocha/CMSP

Adriano Karai Poty

EDUCAÇÃO
Alunos em aula e a escola vazia, por problema no convênio com a Prefeitura

Adriano Karai Poty

SEMEADURA
Crianças aprendem a plantar milho em Guarani da Barragem

Equipe de Eventos/CMSP

CRIAÇÃO
Juliana Cardoso (de blusa azul) na Posse Conselho Municipal Indígena, em 2012

niões e poderá ganhar um assento no Conselho a partir de junho de 2015, por indicação de seu cacique.

RETOMADA

As áreas tradicionais indígenas no Município, às quais os guaranis estão historicamente ligados por hábitos, família e questões religiosas, são realmente bem maiores que a demarcação oficial, segundo estudos publicados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em 2012 e 2013.

As áreas regularizadas de Guarani da Barragem e Krukutu são apenas 0,033% da área total à qual os guaranis têm direito, segundo a Funai. Esse território maior é chamado de Terra Indígena Tenondé Porã e tem 15.969 hectares. Já a Terra Indígena Jaraguá é, na verdade, trezentas vezes maior, com 532 hectares, de acordo com a Fundação. Essas terras mais amplas são consideradas delimitadas oficialmente, com a publicação no diário oficial. Assim, estão mais próximas da demarcação física e de serem regularizadas. "Enquanto não tiver regularização, a população indígena fica vulnerável: numa hora um juiz é favorável e, noutra, contrário" aos pedidos de reintegração de posse feitos por não-indígenas, diz a vereadora Juliana Cardoso.

O Compisp representa os 13 mil índios de várias etnias que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vivem no Município de São Paulo, em ambiente rural ou urbano, dentro ou fora das aldeias. Na composição atual do Conselho, estão três guaranis, um fulni-ô, um pankararu, um kariri-xokó e um pakará. Outros sete integrantes são do poder público, incluindo representantes de seis secretarias municipais e do Centro de Referência Social de Pirituba.

Para estar em acordo com a regulamentação da Lei 15.248, seria necessário dar assento aos pankararé, xukuru, kaingang, krenak e terena, entre outras adequações. Na prática, entretanto, não há membros atuantes dessas etnias no grupo, segundo a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, à qual o Compisp está ligado.

Até o fim do ano, o Conselho revisará seu regimento para dar mais publicidade e organização aos trabalhos. "O ideal seria o máximo de indígenas participarem da eleição ou saber que ela existirá", diz Marcos Aguiar, coordenador do Programa Índios na Cidade, da organização Opção Brasil. Hoje, os integrantes do Compisp são escolhidos por indicação de sua comunidade. Para ser aceito em assembleia geral, na prática o indicado só precisa ser participante ativo das reuniões. Aguiar sonha que o próximo regimento contemple assento ao menos para as principais etnias indígenas residentes em São Paulo, desde que elas tenham um representante ativo no órgão.

GUERREIRO
O guarani Adriano Karai Poty quer respeito aos índios que vivem nas grandes cidades

Ricardo Rocha/CMSP

JURUAS

O Compisp tem a função de ajudar a promover políticas para os indígenas relacionadas a cultura, habitação, segurança alimentar, meio ambiente, terras e proteção ao patrimônio material. Outra atribuição é diagnosticar e encaminhar denúncias de violação de direitos, além de buscar recursos públicos e privados para aplicar em ações voltadas aos índios.

Em 2013, o Compisp organizou um mutirão na Terra Indígena Jaraguá para tirar a documentação de moradores. No início deste ano, tratou com o Executivo sobre a paralisação de atividades do Centro de Educação e Cultura Indígena de Guarani da Barragem, devido a problema no contrato com a Opção Brasil, organização não-governamental (ONG) que contrata os

FUTURO
"A luta vai continuar com meus filhos, meus netos", garante o cacique Elias

Fotos: Ricardo Rocha/CMSP

professores. Também planeja divulgar mais o artesanato de seu povo, em eventos na capital.

"Quando passamos por problemas, procuramos e podemos chamar os secretários municipais para conversar (em nome do Conselho), o que era mais difícil por conta própria, sem uma organização", diz Adriano Poty. O cacique Elias dos Santos sente-se feliz por falar com as autoridades de um modo mais genuíno: "Hoje precisa muito de apoio do Município, do Estado, desse contato, parcerias, mas as pessoas que ficam fora, os juruas, já trazem prontos muitos projetos voltados à comunidade ou em nome dela, dizem que temos que fazer isso, aquilo... Não aceitamos porque não entraram em contato com a gente, com as nossas lideranças", explica. "Tudo o que acontece aqui é passado aos líderes locais do Conselho e eles vão encaminhar em parceria", afirma.

Segundo Juliana Cardoso, os indígenas têm uma forte tradição combativa. "Eles são guerreiros e muito organizados. Cada um atua em uma área e faz sua tarefa pelo grupo", diz. Seu próprio pai, antes de se mudar para São Paulo, foi líder para questões de saúde de uma aldeia terena em Nioaque, no Mato Grosso do Sul, e inspirou a parlamentar a apresentar o projeto de criação do Conselho Municipal dos Povos Indígenas.

Essa história de combate, nas palavras do cacique Elias, continuará viva: "Meus bisavós lutaram e morreram. A luta sempre vai continuar, com meus filhos, meus netos, eles vão chegar como estou hoje. Isso nunca vai terminar". Muitas vezes invisível ao olhar do paulistano, o índio da metrópole mantém o espírito aguerrido. Adriano Poty conta que se motiva para o combate por uma causa trabalhosa e singela. Ele quer que os indígenas de São Paulo e das grandes cidades brasileiras sejam reconhecidos como tal, com todos os seus direitos. "Essa parte de reconhecimento, mesmo. E respeito", sonha.

Arte: Programa Aldeias

Fonte: Centro de Trabalho Indigenista

PDE indígena

Segundo o Plano Diretor Estratégico (PDE) aprovado pela CMSP em 2014 e que norteará a administração municipal até 2029, a ocupação das terras indígenas por outras pessoas deve ser coibida na capital paulista, desde a delimitação até o momento anterior à regularização. Para a legislação, essas áreas são "imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e à reprodução física e cultural desses povos, segundo seus usos e costumes".

SAIBA MAIS

Livros

Índios na cidade de São Paulo. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2005.

Aldeias guarani mbya na cidade de São Paulo. Studio RG e Associação Guarani Tenonde Porã, 2006.

Site

Funai. *http://goo.gl/qmg9zF*

Luiz França/CMSP

PRIMEIRA • Sessão na Subprefeitura de Campo Limpo reuniu mais de 500 pessoas

A Câmara vai aos bairros

Até o fim do ano, as regiões de cada Subprefeitura terão uma sessão pública oficial do Legislativo

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Desde 7 de março, todo paulistano pode apresentar suas sugestões, críticas e solicitações diretamente aos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) sem precisar sair da região onde vive. A oportunidade, inédita, tornou-se possível com o Câmara no Seu Bairro, que promoverá sessões públicas semanais até que todas as regiões das 32 Subprefeituras paulistanas tenham sido visitadas.

Para que a realização de sessões fora do Palácio Anchieta (sede da CMSP) fossem permitidas, a Câmara publicou o Ato 1.293/2015, tornando-as oficiais. O objetivo da iniciativa é estimular e facilitar a participação dos cidadãos. "Os vereadores, individualmente, estão presentes nos bairros. Mas a Câmara, como instituição, precisa se aproximar", disse o presidente da CMSP, Antonio Donato (PT), antes da primeira sessão pública, ocorrida na região da Subprefeitura de Campo Limpo, zona sul de São Paulo.

Formada pelos distritos de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade, que juntos somam 36,7 km², a Subprefeitura exemplifica a grandiosidade das dimensões paulistanas. "Para cobrir uma cidade do tamanho da nossa, é natural que você tenha que ir a ela toda", afirmou Donato.

CONTATO PERMANENTE

Todo cidadão pode assistir às sessões e também se inscrever, no dia do evento, para utilizar a tribuna a fim de pedir soluções, apresentar propostas e sugestões para a região ou a cidade. Cada questão exposta terá encaminhamento na comissão pertinente da Câmara ou será repassada à Subprefeitura. A solução pode-

rá vir por meio de projetos de lei propostos pela CMSP ou cobranças para que o Executivo tome as providências necessárias.

As pessoas que se manifestarem receberão uma resposta individualizada do Legislativo municipal. "Teremos os dados das pessoas pela lista de presença e procuraremos ter contato permanente", afirmou Donato.

TRIBUNA POPULAR

Segundo o Ato 1.293, as sessões públicas são compostas pelo Pequeno Expediente, em que os vereadores têm a palavra, e pela Tribuna Popular Local, na qual os munícipes inscritos terão cinco minutos cada para falar no púlpito. Quando houver mais inscrições do que o limite de tempo da sessão, os oradores serão sorteados.

Como as sessões do Câmara no Seu Bairro não são destinadas a discutir e votar projetos, não requerem quantidade mínima de vereadores. Ainda assim, 18 parlamentares foram à sessão do Campo Limpo e 20 participaram da edição seguinte, na Subprefeitura de São Miguel Paulista. Em cada uma das primeiras edições, estiveram mais de 500 cidadãos e, entre as autoridades, estavam vereadores, subprefeitos, o secretário de Relações Governamentais da Prefeitura, Alexandre Padilha, e a senadora Marta Suplicy (PT).

Luiz Franga/CMSP

ESPERANÇA • **A líder comunitária Elisiane (de preto) e moradores das comunidades**

"Em um evento como esse, todos os vereadores podem ajudar, independentemente das áreas de que são oriundos, a tratar em conjunto os problemas comuns a todas as pessoas de uma região, em uma união de esforços", afirmou o então subprefeito de Campo Limpo, Sérgio Roberto dos Santos.

Um dos oradores da primeira sessão pública, o médico Raul Marinheiro Jr. cobrou aparelhos de arcondicionado de ponta para a Unidade de Terapia Intensiva e para o centro cirúrgico do Hospital do Campo Limpo, onde trabalha. Sem isso, segundo ele, aumenta a possibilidade de infecção dos pacientes submetidos a cirurgia. Para Raul, a possibilidade de falar em seu bairro, diretamente aos vereadores, é uma forma mais moderna de fazer política: "É revolucionário trazer as pessoas votadas para o meio da população".

A líder comunitária Elisiane Cristina Gonçalves falou em nome dos moradores da favela Nova Esperança: "Há esgoto passando dentro dos barracos, alguns já caíram e as crianças estão sendo mordidas por ratos". Elisiane afirmou que recebeu do Executivo uma promessa de liberação de verbas há mais de um ano.

EDUCAÇÃO • **Diretora pediu e conseguiu mudança do nome da escola onde trabalha**

Luiz Franga/CMSP

CÂMARA NO SEU BAIRRO

PRÓXIMAS SESSÕES

CIDADE TIRADENTES	25/4, às 9h30	CEU Inácio Monteiro Rua Barão Barroso do Amazonas, s/nº
CIDADE ADEMAR	9/5, às 9h30	CEU Alvarenga Estrada do Alvarenga, 3.752
BUTANTÃ	16/5, às 9h30	CEU Butantã Rua Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia, 1.700 / 1.870
PINHEIROS	22/5, às 18h30	Colégio Dante Alighieri Alameda Jaú, 1061
ITAIM PAULISTA	23/5, às 9h30	CEU Parque Veredas Rua Daniel Muller, 347
JABAQUARA	30/5, às 9h30	CEU Caminho do Mar Rua Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 5.241
CASA VERDE	13/6, às 9h30	Centro Cultural da Juventude Avenida Deputado Emílio Carlos, 3641
ERMELINO MATARAZZO	20/6, às 9h30	CEU Quinta do Sol Avenida Luís Imparato, 564
SAPOPEMBA	27/6, às 9h30	CEU Rosa da China Rua Clara Petrela, 113
PERUS	8/8, às 9h30	CEU Perus Rua Bernardo José de Lorena, s/nº
IPIRANGA	15/8, às 9h30	CEU Meninos Rua Barbinos, 111
ARICANDUVA / VILA FORMOSA	22/8, às 9h30	CEU Formosa Rua Sargento Claudiner Evaristo Dias, 10
VILA MARIA / VILA GUILHERME	29/8, às 9h30	Centro Educacional Thomaz Mazzoni Praça Jânio da Silva Quadros, 150
M'BOI MIRIM	5/9, às 9h30	CEU Guarapiranga Estrada da Baronesa, 1.120
LAPA	11/9, às 18h30	Tendal da Lapa Rua Constança, 72
SANTO AMARO	12/9, às 9h30	Colégio Santa Maria Avenida Sargento Geraldo Santana, 901
ITAQUERA	19/9, às 9h30	Auditório do Clube Corinthians Avenida Miguel Inácio Curi, 111
MOOCA	25/9, às 18h30	Faculdade São Judas Tadeu Rua Taquari, 546
FREGUESIA DO Ó / BRASILÂNDIA	26/9, às 9h30	CEU Jardim Paulistano Rua Aparecida do Taboado, s/nº
PENHA	10/10, às 9h30	CEU Tiquatira Avenida Condessa Elisabeth de Robiano,s/nº
VILA MARIANA	16/10, às 18h30	Associação Mie Kenjin Avenida Lins de Vasconcelos, 3.352
VILA PRUDENTE	17/10, às 9h30	Colégio João XXIII Rua José Zappi, 165
PARELHEIROS	24/10, às 9h30	CEU Parelheiros Rua José Pedro de Borba, 20
SÉ	7/11, às 9h30	Uninove Vergueiro Rua Vergueiro, 235/249
CAPELA DO SOCORRO	14/11, às 9h30	CEU Cidade Dutra Avenida Interlagos, 7.350
GUAIANAZES	28/11, às 9h30	CEU Jambeiro Avenida José Pinheiro Borges, 60

Na tribuna, Paulo Rodrigues Lima contou sobre as soluções encontradas para a área denominada pelos moradores de Comunidade Portelinha. "Começamos a nos organizar e consolidamos um cinema social para as crianças", disse. O grupo também solucionou o transtorno provocado pelas festas animadas a funk, que chegavam a reunir 4 mil jovens, segundo Lima. "Entramos em diálogo com os participantes e a vizinhança e estamos promovendo um evento em lugar fechado para substituir esse fluxo, sem discriminar", explicou. O morador da Portelinha pediu apenas que as autoridades visitem o local e que a Prefeitura ajude a ampliar a estrutura de lazer da comunidade.

Uma das solicitações feitas na primeira sessão já foi atendida. Solange Amorim, diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Campo Limpo I, pediu que a Câmara aprovasse o projeto de lei (PL) 76/2012, do vereador José Police Neto (PSD) e do ex-vereador Claudio Fonseca, que nomeia a unidade de ensino como EMEF Sócrates Brasileiro Sampaio de Sousa Vieira de Oliveira. Para os professores e alunos, que sugeriram o nome, o jogador Sócrates é um símbolo da luta pela democracia e da aposta na educação. O PL foi aprovado em segunda e definitiva votação no dia 18 de março.

O Câmara no Seu Bairro, que tem a coordenação da ex-vereadora Claudete Alves, foi qualificado como uma iniciativa "inédita e experimental" pelo presidente Antonio Donato. O vereador espera que a prática "vire uma obrigação da Câmara", independentemente da presidência ou dos vereadores que a componham. "Uma forma de combater o desencanto na política é dar voz ao cidadão", justifica Donato.

Notícias, agenda com as próximas sessões, mapa dos locais e formulários para enviar sugestões:

Site Câmara no Seu Bairro

http://camaranoseubairro.camara.sp.gov.br

O verde da selva de pedra

Fábricas de água e ares-condicionados naturais, as árvores melhoram a vida na cidade, mas ainda são poucas em São Paulo

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Ricardo Rocha/CMSP

CUIDADO
Lorena planta ipê no Parque Augusta, um dia antes da reintegração

Falta verde em São Paulo. Levando em conta a cobertura vegetal em parques e praças, a cinzenta capital paulista tem 2,6 m² de áreas verdes para cada habitante do Município, segundo os dados da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. É quatro vezes menos do que o índice recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – 12 m² por habitante.

Como as árvores são "fábricas de água", que também atuam como ares-condicionados naturais, aliviam o barulho, combatem a poluição e previnem enchentes (veja mais na pág. 24), é fácil imaginar como a falta de arborização contribuiu para lançar São Paulo numa feroz crise hídrica e ainda ajudou a deixar a cidade cada vez mais quente, poluída e sujeita a alagamentos. E, como nada é simples em São Paulo, quem vive em ruas arborizadas nem sempre está feliz, pois morre de medo de ser morto pela queda de uma árvore na próxima chuva. Ao mesmo tempo, há quem brigue até com a polícia para garantir mais verde na cidade.

Foi o que aconteceu na manhã de 4 de março, quando a região central viu policiais militares retirarem, com ameaças e algumas cassetadas, um grupo de ativistas que defendia a preservação total do Parque Augusta, no bairro da Consolação, uma área verde com 24,7 mil m² e mais de 600 árvores remanescentes da mata atlântica.

"É muito triste ver tantos cidadãos tendo de brigar para ter mais verde na cidade de São Paulo", lamentou o vereador Toninho Vespoli (PSOL). Ao lado de Gilberto Natalini (PV), foi ao Parque Augusta acompanhar o despejo dos ativistas, que ocupavam o local desde 17 de janeiro. A Justiça havia determinado a reintegração de posse do terreno a pedido das suas proprietárias, as construtoras Setin e Cyrela, que pretendem utilizar 40% do terreno para construir torres de apartamentos. Diante dos escudos dos policiais, os ativistas atravessaram os portões do parque carregando mudas de árvores e cartazes em que pediam a aplicação da Lei 15.941, que em 2013 autorizou a Prefeitura a criar o Parque Augusta.

ESSENCIAIS • Árvores são fundamentais para amenizar calor, poluição e enchentes

Fábio Lazzari/CMSP

Fábio Lazzari/CMSP

HIGIENÓPOLIS • Márcio receia queda de galhos no colégio de seus filhos

Para o vereador Aurélio Nomura (PSDB), um dos autores do projeto de lei (PL) que criou o parque, em 2006, o atual plano das construtoras vai contra os objetivos da lei. "O meu projeto não falava em meio parque, mas em um parque integral", afirma. O PL é assinado também pelos vereadores Gilson Barreto (PSDB), Mario Covas Neto (PSDB), Patrícia Bezerra (PSDB), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Young (PPS) e Toninho Vespoli (PSOL), e pelos ex-vereadores Coronel Camilo, Coronel Telhada, Floriano Pesaro e Juscelino Gadelha.

Após aprovação na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), o projeto foi sancionado pelo prefeito Fernando Haddad (PT), em 23 de dezembro de 2013. O objetivo era pôr fim a uma disputa que se arrastava desde 1970, quando pela primeira vez o terreno foi declarado de utilidade pública para transformação num par-

que. Ainda no final de 2013, uma semana após a sanção, as construtoras fecharam os portões do parque. Em 7 de abril, foram obrigadas a reabri-los por conta de uma decisão judicial. Neste ano, conseguiram um sinal verde do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), que autorizou a construção das torres.

A ocupação do Parque Augusta reuniu milhares de pessoas, de professores e arquitetos a crianças e moradores de rua, que buscavam resistir à especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, descobrir novas maneiras de conviver na cidade. Em dois meses, plantaram 200 árvores brasileiras, criaram uma horta e uma biblioteca comunitárias e promoveram oficinas, palestras e debates, além de shows de músicos como Arnaldo Antunes e Karina Buhr. "Estamos aqui numa luta por qualidade de vida e pelo direito, que todos temos, de viver num ambiente saudável", explicou a bióloga Lorena Gebara, 27 anos, uma das ativistas expulsas. Ela lembra que a falta de árvores está na raiz (sem trocadilhos) de problemas tão graves como os recordes de temperatura no verão paulistano ou a crise hídrica que esvazia as torneiras do Município.

MEDO DE ÁRVORE

Enquanto tantos brigam por mais árvores, outros que moram à sombra delas nem sempre se sentem felizes. É o caso do economista Márcio Moraes, 45 anos, morador de Higienópolis, na região central. "Sempre que chove por aqui eu me sinto inseguro. Fico pensando se mais alguém vai morrer pela queda de uma árvore", conta.

Em dois meses, Márcio viu duas pessoas serem mortas em seu bairro: o passageiro de um táxi, esmagado por um tronco que despencou na

Saiba como plantar

Para incentivar a arborização, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) promove uma campanha permanente para que os moradores de São Paulo plantem uma árvore na calçada ou em sua propriedade. Munida de foto e comprovante de residência, cada pessoa pode retirar até dez mudas, nos endereços abaixo. Na retirada, os técnicos da SVMA orientam o tipo de espécie ideal, conforme as informações sobre o local onde será plantada.

Viveiro Manequinho Lopes - Parque Ibirapuera
Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº (Portão 10) - Vila Mariana

Viveiro Arthur Etzel (Carmo) - Parque do Carmo
Av. Afonso de Sampaio e Souza, 951 - Itaquera

Viveiro Harry Blossfeld (Cotia) - Parque Cemucam
Rua Mesopotâmia, s/n (km 25 da Rodovia Raposo Tavares, sentido capital)

Parque M'Boi Mirim
Estrada do M'Boi Mirim, 7.100 - Jardim Ângela

Parque Previdência
R. Pedro Peccinini, 88 - Jd. Ademar

Parque Ecológico Chico Mendes
Rua Cembira, 1201 - Vila Curuçá Velho

Parque do Trote
Rua Nadir Dias Figueiredo, s/n - Portaria 1

Rua Itacolomi, em 22 de dezembro, e um homem eletrocutado depois que a queda de uma árvore derrubou fios de alta tensão na Rua Tupi, em 25 de fevereiro. O medo maior, porém, Márcio sente pelos dois filhos, de 3 e 9 anos, que estudam no Colégio Renascença, na Rua São Vicente de Paula. "Há três árvores ali com risco visível de queda de galhos de grande porte", aponta. Segundo ele, um dos galhos já caiu, amassando um carro. O economista afirma que técnicos da Subprefeitura da Sé foram ao local e retiraram amostras das árvores, mas não lhe deram retorno sobre o estado delas. Em 7 de abril, a Subprefeitura Sé disse à **Apartes** que as árvores da rua estavam sendo vistas e analisadas. "Podas estão sendo feitas durante esta semana, mas nenhuma árvore possui contaminação interna que obrigue a sua retirada", afirmou a assessoria de imprensa.

A facilidade com que as árvores caem e matam em São Paulo é fruto (de novo, sem trocadilhos) de uma longa série de erros adotados na arborização. "O modelo de gestão da arborização urbana vem sendo executado de maneira errada há décadas. Tanto as espécies como o porte das árvores precisam ser repensados", afirma Adriana Inês Rossetti, engenheira agrônoma da Secretaria das Subprefeituras.

Além do erro histórico de arrancar as espécies nativas da mata atlântica e substituí-las por árvores importadas, menos adaptadas ao ambiente local, o plantio das árvores não levou em conta questões como a qualidade do solo, o comportamento das raízes ou a interferência, por cima, dos fios da rede elétrica, e, por baixo, das redes subterrâneas de esgoto, telefonia, luz (veja mais na pág. 26). A engenheira lembra que bastaria plantar corretamente as árvores para tornar a vida na cidade suportável. "Como temos poucos parques, o plantio ao longo da malha viária é importante para reduzir a temperatura ambiente", explica.

Para tentar agilizar a manutenção do verde paulistano, os vereadores Andrea Matarazzo (PSDB), Alfredinho (PT), Claudinho de Souza (PSDB), Reis (PT), Rubens Calvo (PMDB), e Toninho Paiva (PR), junto com os ex-vereadores Coronel Camilo, Coronel Telhada e Roberto Tripoli, elaboraram um PL que originou a Lei 16.137/2015, sancionada em 16 de março pelo prefeito. A legislação autoriza os subprefeitos a delegarem para os engenheiros agrônomos da Prefeitura a competência de autorizar podas de árvores. Até então, o serviço só podia ser aprovado pelo próprio subprefeito, o que tornava o processo muito burocrático. "A espera para uma poda em São Paulo

PROTESTO • Ativistas do Parque Augusta cobram aplicação de lei aprovada na Câmara

Fausto Salvador Filho/CMSP

pode chegar a dois anos, o que é um absurdo", critica Matarazzo. O vereador conhece o problema de perto: em 13 de fevereiro, uma árvore caiu sobre o seu carro, no Largo do Arouche, região central. "Foi uma sorte ninguém ter sido atingido", declarou, na época.

Em audiência pública realizada na CMSP sobre o projeto das podas, o engenheiro agrônomo Marcelo Cocco Urtado, arborista certificado pela International Society of Arboriculture, disse que a cidade só conseguirá dar conta da questão do verde quando criar um Plano Diretor de Arborização, a exemplo do que existe em Porto Alegre (RS). Sem esse instrumento, o agrônomo acredita que os diferentes setores do poder público seguirão batendo cabeça. Ele cita como exemplo o Manual Técnico de Arborização Urbana, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que não recomenda o plantio em calçadas com menos de 1,90 m. O manual não conversa com a Lei de Zoneamento, que prevê a maioria das calçadas com menos de 1,90 m em loteamentos. "Na prática, estão proibindo árvores em loteamentos novos", explica.

Segundo Urtado, um Plano de Arborização ajudaria a harmonizar as diferentes normas e definiria, por exemplo, que espécies poderiam ser plantadas, com que tamanho, em cada bairro da cidade. "É importante fazer uma discussão com a população e todos os órgãos públicos envolvidos para que todos falem a mesma língua", sugere.

A ÁRVORE E O POETA

Só no ano passado, a Prefeitura de São Paulo afirma ter realizado 102 mil podas e 14 mil remoções de árvores. Embora insuficiente para evitar quedas e mortes, o número é alto o bastante para gerar uma grande sobra de madeira. E qual o destino desse material? De acordo com a Lei 14.723/2008, proposta por Gilberto Natalini e que criou o Programa de Aproveitamento de Madeira de Podas de Árvores (Pampa), os restos de podas, remoções e quedas deveriam ser aproveitados como lenha para fornos, adubo ou matéria-prima para utensílios domésticos.

"O objetivo era impedir que esse material fosse jogado fora em aterros sanitários, onde ocupa um espaço enorme e ainda vira gases do efeito estufa quando se decompõe", afirma o vereador. "Infelizmente, essa lei praticamente não está sendo cumprida e a Prefeitura leva tudo para os aterros." Neste ano, Natalini entrou com uma representação no Ministério Público para obrigar o Executivo a aplicar o Pampa. Antonio Storel, coordenador de Resíduos Sólidos Orgânicos da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), disse à **Apartes** que a aplicação do programa precisa superar "vários obstáculos técnicos". Segundo ele, para ser processado, cada volume de poda precisa receber ao menos um terço do volume de outros resíduos ricos em nitrogênio. Para isso, a Amlurb estuda misturar os restos da poda com resíduos da coleta seletiva de feiras livres.

Outra norma proposta por Natalini, que, segundo ele mesmo, ainda não "pegou" é a Lei 13.319/2002, que reserva áreas verdes nos estacionamentos. Pela legislação, todo estacionamento com 100 m² ou mais de área deve reservar um espaço para o plantio de árvores, na proporção de uma para cada 40 m². "Se fosse cumprida, essa lei aumentaria de 300 mil a 400 mil o número de árvores na cidade", conta.

Os danos materiais provocados pelas quedas de árvores são tema do PL 165/2012, de Aurélio Nomura, que propõe facilitar a indenização das vítimas pela Prefeitura. Se o projeto virar lei, quem sofrer prejuízo provocado por esse tipo de acidente poderá protocolar um requerimento em uma comissão que funcionará na Procuradoria Geral do Município, com apresentação de provas, e pedir ressarcimento. A comissão terá até um mês para responder ao cidadão. Uma vez aprovado o pedido, o pagamento será feito no primeiro semestre do ano seguinte. Segundo Nomura, o objetivo é acelerar o processo de indenizações. "De um jeito ou de outro, o Executivo terá que indenizar o cidadão, já que a Prefeitura é responsável pelas quedas. Então, é melhor fazer de forma rápida", diz.

A inspiração para o projeto veio de um episódio envolvendo o prefeito Jânio Quadros, dois poemas e uma árvore. A árvore em questão caiu sobre o automóvel Del-Rey do médico Marcelo Toledo, em 1986, no bairro de Perdizes. Toledo teve a ideia de enviar ao prefeito um pedido de indenização em forma de poema. "Não ventava, nem chovia/ era um dia bem normal/ e meu carro, junto à guia/ parado, em lugar legal./ Quem vive da Medicina/ não pode - como direi? -/ se uma árvore cai em cima/ substituir um Del Rey", dizia um trecho da petição.

A Câmara e as árvores

Conheça outras leis e projetos sobre arborização criados pelos vereadores

LEIS

14.902/2009, de Roberto Tripoli (PV) - Prevê punição para os danos em árvores provocados pela colocação de adereços, enfeites, placas e similares.
14.676/2008, de Toninho Paiva (PR) - Cria calendário anual para o plantio de árvores nas vias e logradouros públicos.
14.186/2006, de Paulo Frange (PTB) - Cria o Programa Municipal de Arborização Urbana.

PROJETOS

PL 29/2014, de Toninho Paiva (PR) - Estabelece a remoção de árvores nas vias públicas que, por causa de doença ou outros motivos, possam ameaçar pessoas e o patrimônio público e privado.
PL 885/2013, de Gilberto Natalini (PV) - Prevê penalidades para infrações cometidas contra árvores.
PL 790/2013, de Gilberto Natalini (PV) - Cria regras para o plantio de mudas para compensação ambiental.

Assessoria Andrea Matarazzo

Fábio Lazari/CMSP

QUEDA • Árvore cai em carro do vereador Andrea Matarazzo (em destaque)

Jânio não fez por menos e respondeu ao médico-poeta também em versos. Em despacho publicado no Diário Oficial de 6 de julho de 1987, ele ordenava ao seu secretário de Finanças, Carlos Alberto Manhães Barreto, que fizesse o pagamento: "O vegetal era nosso,/ como a prova a petição;/ devo pagar, e eu posso,/ a pouca indenização./ O remédio, pois, eu acho/ é saldar o prejuízo;/ assim decido e despacho/ ao Manhães que tem juízo", dizia o despacho poético.

SAIBA MAIS

Site
Árvores de São Paulo.
http://arvoresdesaopaulo.wordpress.com

Livro
Manual Técnico de Arborização Urbana. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. 2015. Disponível no site da Prefeitura de São Paulo.

ENTREVISTA
Ricardo Cardim, ambientalista

Poucas pessoas conhecem as árvores da capital como o ambientalista **Ricardo Cardim**. Conhecido como "Dr. Árvore", ele é mestre em botânica pela Universidade de São Paulo (USP) e criador do site Árvores de São Paulo. Na sua busca pelas espécies que cobriam a cidade antes da chegada dos bandeirantes, descobriu, entre 2010 e 2012, áreas nativas de cerrado, uma vegetação até então considerada extinta por aqui. A descoberta levou à criação de três reservas ecológicas, com uma área de 33.090 m², e rendeu a Ricardo uma Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo, concedidos, em 2010, pelo então vereador José Luís Penna.

Gute Garbelotto/CMSP

Gute Garbelotto/CMSP

PAIXÃO • Imagens e esculturas de árvores se espalham pelo escritório de Ricardo

Por que cai tanta árvore em São Paulo?

Ricardo Cardim - Não é natural. Nas cidades bem arborizadas do mundo, como Paris, não acontece esse festival de quedas na época das chuvas. Todas as cidades têm tempestades de maior ou menor grau. O que acontece é que São Paulo tem um descaso histórico com suas árvores. A arborização ainda é encarada pelo Poder Executivo como uma coisa supérflua. É um desafio achar uma rua em São Paulo em que não existam árvores doentes, sufocadas pelo cimento ou com espécies inadequadas. Aí, logicamente, ocorre um festival de quedas todo ano por causa desse descaso histórico. É preciso entender que o que torna viável a vida humana num ambiente artificial, como é a cidade, são as áreas verdes.

Por que é tão necessário ter árvores na cidade?

Vou começar com a questão da água. A vegetação urbana tem dois papéis fundamentais nessa questão. Quando chove, retém a água (uma árvore detém até 70% da chuva na copa) e encaminha lentamente para uma área permeável logo abaixo do tronco, se existir essa área. Essa água vai para o lençol freático, que alimenta nossos reservatórios e consequentemente nossas torneiras. A planta também tem a capacidade, pela fotossíntese, de liberar vapor de água no ar. Ela tira água do fundo da terra (quanto maior a árvore, mais fundo ela tira) e leva essa umidade para a atmosfera, o que vai propiciar a chuva. Quanto mais umidade no ar, mais favorável para a precipitação acontecer. Basta lembrar que São Paulo era a terra da garoa até os anos 60, 70. Deixou de ser porque perdeu o cinturão verde e as áreas de brejo, que viraram as marginais e as avenidas Aricanduva, Água Espraiada. É importante ter em mente que a vegetação é fábrica de água.

O calor e a falta de água atuais são consequência da falta de árvores?

Exatamente. Hoje o clima da cidade se comporta como um deserto. A gente tem chuvas muito fortes, muito rápidas, que causam inundações. É fundamental ter mais vegetação para diminuir as temperaturas. É uma questão também social, porque as áreas que têm menos verde são justamente as mais pobres. As pessoas que moram ali vão ter menos saúde. O verde reduz a temperatura, aumenta a umidade do ar, segura a água das enchentes, diminui a poluição sonora, recicla os gases tóxicos do ar, fabrica oxigênio e serve de abrigo para a fauna da cidade que combate as pragas urbanas, como baratas e cupins. E cria conforto psicológico. Se o verde não fosse uma questão importante, as propagandas das construtoras não teriam crianças brincando no meio de bosques.

Por que falta espaço para novas áreas verdes?

A cidade cresceu de uma forma que privilegiou sempre a especulação imobiliária e o transporte automotor individual. Sobrou muito pouco para o verde. O que a gente precisa para tornar a cidade equilibrada de novo vai ser alcançado vegetando áreas construídas, como telhados e paredes verdes.

> *"A vida na cidade só é viável com áreas verdes"*

Como foi o processo de arborização em São Paulo?

São Paulo historicamente era um local de biodiversidade extraordinária. Tinha uma vegetação muito rica, com cerrado, mata atlântica, araucária, várzeas. Também era muito rico em rios. Tinha mais de 300, com água límpida, corrente. Era um local abundante em tudo. O europeu veio para cá, destruiu a vegetação nativa e colocou espécies estrangeiras. Havia preconceito contra tudo que era nosso, porque era considerado mato. A árvore mais comum da cidade, a tipuana, é boliviana. Nos jardins brasileiros hoje, sem exceção, quase 90% da vegetação vêm de Madagascar, da Europa, da Ásia, de pessoas que escolheram lá fora o que a gente deve usar aqui dentro.

Qual é a consequência dessa importação?

A gente extinguiu praticamente toda a nossa flora e fauna originais, que levaram milhões de anos para existir. Viramos uma cidade totalmente desconectada da nossa cultura e das nossas raízes naturais. Isso, além de causar um extermínio em massa de bichos e plantas que a gente sequer chegou a conhecer, provocou profundos desequilíbrios ecológicos. Os cupins, que causam prejuízos de milhões por ano para a cidade, vieram da Ásia. Não se tem como combater isso naturalmente, porque desequilibrou toda a fauna. Somos responsáveis pela morte de milhares de espécies que existiam na cidade.

CALÇADA TOMADA • Figueira, espécie inadequada para calçadas, na Vila Mariana

Fausto Salvador Filho/CMSP

As quedas frequentes das árvores também têm relação com o fato de não serem daqui?

Com certeza. A espécie nativa, que evoluiu durante milhares de anos no território paulistano, sabe crescer na época da chuva e parar na hora da seca. A planta exótica, não. Ela cresce na hora errada. As nossas plantas estão acostumadas há milênios com as pragas locais. As estrangeiras acabam infestadas e caem mais fácil.

Muitos moradores dizem que a Prefeitura não dá conta de atender aos pedidos de poda.

Isso é uma faca de dois gumes. São Paulo perde grande parte da sua floresta urbana por ano por causa de podas desnecessárias causadas pela falta de enterramento da fiação elétrica. Quando se corta um galho, abre caminho para o cupim e o fungo, e daqui a três anos essa árvore adoece e cai. A culpa é da concessionária que fez a poda equivocada. Somando tudo, é como se a gente cortasse uma floresta enorme todo ano. Cabe ao poder público cobrar das concessionárias o enterramento dos fios.

Acervo da família

EXPRESSIVA Dulce no Rotary Club, no começo da década de 1950

Nas trilhas da arte e da política

Intelectual, com apurado dom artístico e apaixonada pela política, a ex-vereadora tornou-se a primeira senadora paulista, indicada pelos militares

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

"Anticomunista ferrenha". Assim Dulce Salles Cunha Braga se definiu em uma entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo*, em 1982. Na época, já havia sido três vezes vereadora e cumprido três mandatos de deputada estadual. Estava, ainda, prestes a se tornar a primeira mulher do Estado a chegar ao Senado – por indicação dos militares. Representante de movimentos femininos conservadores, ajudou a liderar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma das manifestações que precederam o golpe militar de 1964.

Ironicamente, a mulher de ideais reacionários tão fortes foi capaz de viver pacificamente, durante uma década, com a família de sua irmã Esmeralda, da qual fazia parte um "inimigo": o cunhado comunista Francisco Schmidt. "Papai e Dulce eram muito amigos", conta Cecília Ramos Vianna Paranhos, filha de Francisco e Esmeralda. Mais do que contraditória, a política conhecida como "princesa do governo militar" era, acima de tudo, pura diplomacia e traquejo social.

Exuberante, solteira até os 38 anos e cantora lírica, Dulce circulava entre os convidados e trocava opiniões sobre política com graça e tolerância. "Simpática, expansiva, diplomática e educada, respeitava a posição da gente", conta Moacir Longo, colega comunista de Schmidt e vereador na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) até ser cassado pelos militares, em 1964.

"Não tínhamos nenhum conflito que nos afastasse, a não ser a divergência política, que era notória", resume Longo. A doce Dulce era temida na política e uma feroz defensora de seu partido – primeiro a União Democrática Nacional (UDN) e, após 1966, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), extinta em 1980 e que deu sustentação ao regime militar.

"Ela era, sim, temida; fazia valer a sua opinião", lembra Jacob Pedro Carolo, colega de Dulce nos dois primeiros mandatos dela como deputada estadual. Ex-presidente estadual da Arena, ele conta que Dulce era "respeitabilíssima" no partido: "Tinha voz, era ouvida. Tinha uma atuação linda!". Carolo lembra-se do dia em que Dulce andava "ansiosa e aflita" pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para aprovar, até a meia-noite, um projeto em favor dos funcionários legislativos, a despeito das manobras de um opositor para ganhar tempo.

Na Alesp, Dulce exerceu três mandatos consecutivos pela Arena, de 1967 a 1979. Três anos depois, tornou-se a primeira senadora paulista. Filiada ao Partido Democrático Social (PDS), ela

foi escolhida segunda-suplente por eleição indireta dos governantes da época e assumiu a vaga do senador titular, Amaral Furlan (em licença), e do primeiro-suplente, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que ocupava um cargo no Executivo. Seu mandato foi de 30 de junho a 29 de novembro de 1982.

Na CMSP, foi vereadora em três legislaturas, a maior parte do tempo pela UDN. Chegou à Casa como suplente, com 1.143 votos, e em 1955 (último ano da 2ª Legislatura) substituiu vereadores titulares de sua legenda. Em 1960, assumiu pela primeira vez como vereadora titular, após receber 7.679 votos. Para a legislatura seguinte, elegeu-se com a maior votação da CMSP até então: 23.980 votos. O recorde anterior pertencia a William Salem, que em 1955 foi escolhido por 15.297 eleitores.

PERSONALIDADE

Nascida em São José do Rio Preto, em 1924, Dulce era filha e neta de políticos importantes do interior paulista. O avô José de Salles Cunha elegeu-se prefeito de Descalvado, a 240 quilômetros da capital, e morreu jovem, de febre amarela.

Feliciano de Salles Cunha, pai de Dulce, mudou-se para São José do Rio Preto por volta de 1920. Foi um dos primeiros a ter automóvel e comandava uma revendedora de carros Ford. Por acreditar na via automobilística, comandou a abertura das primeiras estradas de São José a Mirassol, entre outras, e ali instalou um negócio de transporte de pessoas. Foi vereador e presidente da Câmara.

Acervo da família

FAMÍLIA • Dulce (à direita), a irmã Esmeralda (à esquerda), a mãe, Maria (de xadrez), e a tia Cachopa

Acervo Alesp, Acervo da família e Centro Pró-Memória Club Athletico Paulistano

PAIXÃO • Em sentido horário, Dulce e Roberto em seu casamento (1962), em evento na Alesp, no Club Athletico Paulistano (1992) e durante viagem de férias (1984)

"Se fosse começar vereadora em São José do Rio Preto, minha tia seria eleita só pela influência do meu avô; não precisaria ser nada, ou demonstrar muito pouco", diz José de Salles Cunha, que tem o mesmo nome do avô e é sobrinho de Dulce. Mas a parlamentar fez sua própria história. Decidiu se mudar para São Paulo, onde fez faculdade de Didática e de Línguas Neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). O pai e a mãe, Maria Paternost Salles, vieram com ela. "Feliciano e dona Maria vieram para São Paulo simplesmente como acompanhantes de Dulce, que foi abrindo seus próprios caminhos e ficando conhecida... E muito rapidamente", observa o sobrinho José.

Em São Paulo, Dulce conheceu a elite cultural e religiosa da cidade. Logo que chegou, entrou para o coral do Theatro Municipal e fez aulas de canto com os maestros Camargo Guarnieri e Miguel Arqueróns. Dos 25 aos 29 anos, lecionou literatura brasileira na Biblioteca Municipal de São Paulo. Nos dez anos seguintes, ensinou história da música na rede municipal de educação. Também palestrou sobre literatura em cursos de extensão na Universidade de São Paulo (USP). Era professora de espanhol e fluente em latim, francês, italiano e inglês. Em 1951, publicou o livro *Autores Contemporâneos Brasileiros* e, depois, vários outros títulos sobre literatura, gramática, religião e comportamento.

Em meio a tantas atividades, conheceu o médico, advogado e incorporador Antonio Roberto Alves Braga. Tiveram um breve romance, mas ele dizia não estar pronto para o casamento e acabaram se separando. "Ela ficou tremendamente apaixonada por ele e ele por ela. Não pejorativamente, mas Antonio Roberto era um playboy; muito requisitado pelas moças da época, um homem rico, sociável, muito fino, muito agradável", descreve José de Salles. Dulce esperou por seis anos até que, em 1962, enfim, se casaram. Não puderam ter filhos.

A rio-pretense, que se definiu ao jornal *O Estado de S.Paulo* como "conservadora, católica praticante – do tipo que algumas pessoas definem como 'carola' – e muito moralista", entrou para a política a convite do padre paulista Benedito Mário Calazans, deputado estadual de 1951 a 1959 e senador de 1959 a 1967. "Ela não tinha ambição de ser política, mas de ser artista; dizia para mim que gostava era do palco... Não foi porque meu avô não deixou", conta José, que morou por um ano na casa da tia.

Aos 31 anos, em 1955, Dulce era suplente e assumiu uma cadeira na Câmara Municipal. Tomou gosto pela carreira. Nas eleições seguintes, sua votação conseguia eleger ou-

Dona de sua história

- **20/4/1924** Nasce em São José do Rio Preto (SP)
- **1942** Conclui licenciatura em Didática e em Línguas Neolatinas
- **1951** Publica seu primeiro livro
- **1955** Torna-se vereadora suplente em SP (16/9 a 31/12)
- **1960** Assume como vereadora titular na CMSP
- **1960 a 1961** Apresenta programa na TV Excelsior
- **1961 a 1963** Apresenta programa na Rádio Record
- **1962** Casa-se com Antonio Roberto Alves Braga
- **1963** Reelege-se vereadora
- **1964** Apoia o golpe militar
- **1967** Lança o LP *Personalidade*
- **1967** Renuncia na Câmara e assume como deputada estadual
- **1972** Conclui o curso de Direito
- **1975** Começa o terceiro e último mandato na Alesp
- **1982** Torna-se a primeira senadora (suplente) paulista
- **12/1/2008** Morre em São Paulo

Foto: Reprodução

tros “dois ou três” correligionários, “o que era muito interessante num tempo em que mulher quase não se destacava”, analisa o sobrinho. Ela se correspondia com cada eleitor conquistado e com outros dez indicados. Manteve esse hábito até o fim da vida, quando uma degeneração na retina deteriorou muito sua visão. Além desse tipo de atenção, para José de Salles, contou muito o fato de a tia ser “belíssima e falar muito bem”.

Seus discursos tinham a mesma voz impostada com que gravou o LP *Personalidade*, em 1967, com músicas de Tom Jobim, Vinícius de Moraes, do ex-vereador Murillo Antunes Alves e uma composição própria.

Acervo CMSP

CÂMARA • **Em 1965, Dulce presenteia com seu LP o servidor da CMSP Amilcar Cerri**

LETRAS E ROSÁRIO

Na CMSP, Dulce propôs uma lei, publicada em 1964, que declarou como utilidade pública a casa onde nasceu Mário de Andrade, na Rua Aurora, bairro de Santa Ifigênia. O Executivo teria até cinco anos para tentar a desapropriação e transformar o imóvel no Museu Literário Mário de Andrade, o que não ocorreu. Para a vereadora, estudiosa do modernista, Mário foi “o líder espiritual de toda uma geração”.

A educação foi uma de suas principais bandeiras na Câmara. E fora dela também. De 1960 a 1961, produziu e apresentou, no canal *Excelsior*, o programa *Literatura Brasileira na TV*. De 1961 a 1963, apresentou o programa de alfabetização *ABC para Você*, na *Rádio Record*. Em seu segundo mandato como vereadora, enviou requerimento à Câmara dos Deputados pedindo um inquérito para apurar se o sistema Paulo Freire de alfabetização de adultos em massa, conveniado ao Ministério da Educação, acobertava o objetivo de “doutrinar marxistamente o nosso povo”. O método de Freire pregava a educação como prática de libertação da pessoa oprimida. Segundo Dulce, o convênio alfabetizaria mais de 4 milhões de brasileiros que poderiam ser eleitores em 1965.

Na tribuna da CMSP, em 18 de março de 1964, véspera da Marcha da Família, a vereadora conclamou crianças, mulheres, homens, paulistanos de todas as religiões e raças, vereadores e suas famílias a saírem do comodismo para, juntos, implorarem pela liberdade, “em desagravo ao rosário, e em defesa da família”, instituições que, segundo ela, haviam sido insultadas em discurso do então presidente João Goulart, dias antes, ao prometer reformas de base.

Na mesma sessão, o vereador David Lerer (então no PSB) chamou a colega de elitista: “Quando as esposas dos grandes investidores imobiliários vão à rua, quando as esposas dos magnatas do petróleo vão à rua, quando os que são contra as medidas reformistas que se quer tomar neste País, contra o congelamento dos aluguéis, vão à rua, não falam que vão por isso. Dizem que vão à rua em passeata na defesa do rosário e de Deus”.

No dia 6 de abril de 1964, na primeira sessão ordinária registrada na CMSP após o golpe, Dulce novamente discursou, apoiada “ruidosamente com palmas e acenos de lenços” das mulheres que lotavam as galerias do Plenário da Casa. A vereadora cobrava apoio oficial do Legislativo paulistano aos militares: “Estas mulheres que aqui estão lotando o auditório e o saguão desta Casa, representando todas as entidades femininas, cristãs e democráticas de São Paulo, vieram exigir o pronunciamento desta Câmara Municipal”.

O golpe foi comemorado por Dulce em 31 de março de 1965, na tribuna: “Homens responsáveis compreenderam em tempo a necessidade de reformular a vida brasileira em termos de uma legítima democracia, sob o signo de Deus”. Nos últimos meses de 1966, entretanto, a vereadora já admitia a falha do governo Castello Branco em reorganizar a política do País. E dizia concordar com os opositores em vários pontos: “Nós também desejamos eleições livres, livres pelo voto secreto e direto no mais curto prazo possível, nós também exigimos respeito às garantias jurídicas e aos direitos individuais, nós também consideramos indispensável uma reforma dos partidos políticos e das instituições”, disse, segundo registro da CMSP.

Em 10 de março de 1967, às vésperas de deixar a vereança para assumir como deputada, a parlamentar contou ter aderido à Arena por falta de escolha, já que os partidos haviam se reduzido a dois. “Não nos restava outra opção que não ingressar em um deles, mais próximo de minha convicção, se bem que longe de meus ideais”, lamentou. “Não foi a Revolução dos meus sonhos, porque o povo continua sofrido”, disse, na mesma ocasião. Com esse discurso, encerrava sua passagem pela CMSP com duas de suas marcas mais fortes: a coragem e a diplomacia.

PIONEIRA

“Dulce foi cavando seus próprios caminhos”, diz o sobrinho José de Salles Cunha

Marcelo Ximenez/CMSP

Acervo CMSP

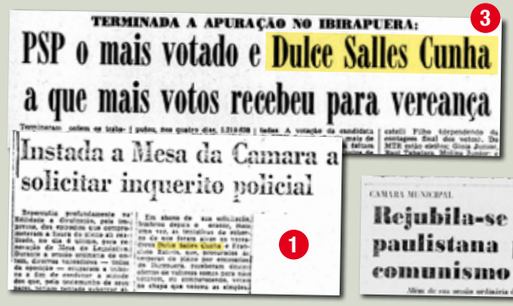
ASSEMBLEIA

De joelho, em missa na Alesp quando era deputada, e durante recepção a políticos coreanos

Vereadora na mídia

Na Câmara, Dulce ganhou destaque na imprensa com seus posicionamentos pela honestidade na política. Em 1960, a parlamentar revelou a *O Estado de S.Paulo*, entre outros jornais, que a chapa situacionista havia tentado comprar seu voto na eleição para a Mesa Diretora 1. Em outubro de 1964, *O Estado de S.Paulo* mostrou que Dulce apoiava a proposta do presidente da República para suprimir os salários dos vereadores 2.

Em 1963, virou notícia no *Diário da Noite* ao tornar-se recordista de votos 3. No ano seguinte, o mesmo periódico publicou o primeiro discurso oficial de Dulce celebrando o golpe 4.



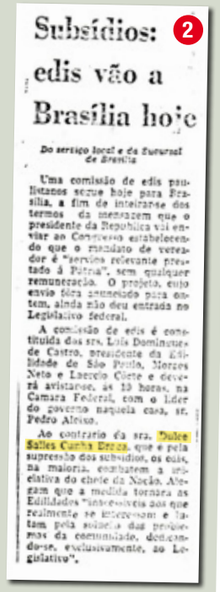
TERMINADA A APURAÇÃO NO IBIRAPUERA:

PSP o mais votado e Dulce Salles Cunha a que mais votos recebeu para vereança

Instada a Mesa da Camara a solicitar inquerito policial

1

3



Subsídios: 2

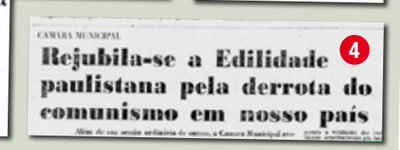
edis vão a Brasília hoje

Do serviço local e da Sucursal de Brasília

Uma comissão de edis paulistanos segue hoje para Brasília, a fim de interpretar-se dos termos da mensagem que o presidente da República vai enviar ao Congresso estabelecendo que o mandato de vereador é "serviço relevante prestado à Pátria", sem qualquer remuneração. O projeto, cujo envio fôra anunciado para ontem, ainda não deu entrada no Legislativo federal.

A comissão de edis é constituída dos srs. Luis Dominguez de Castro, presidente da Edilidade de São Paulo, Moraes Neto e Leocio Cicte e deverá avistar-se, às 10 horas, na Câmara Federal, com o Líder do governo naquela casa, sr. Pedro Aleixo.

Ao contrário da sra. Dulce Salles Cunha Braga, que é pela supressão dos subsídios, os edis, na maioria, entendem a proibitiva do chefe da Nação. Alegam que a medida tornará as Edilidades "inteiramente sos que realmente se interessam e julgam pela soberania dos princípios da democracia, dedicando-se, exclusivamente, ao Legislativo".



CÂMARA MUNICIPAL

Rejubila-se a Edilidade paulistana pela derrota do comunismo em nosso país

4

O passo seguinte

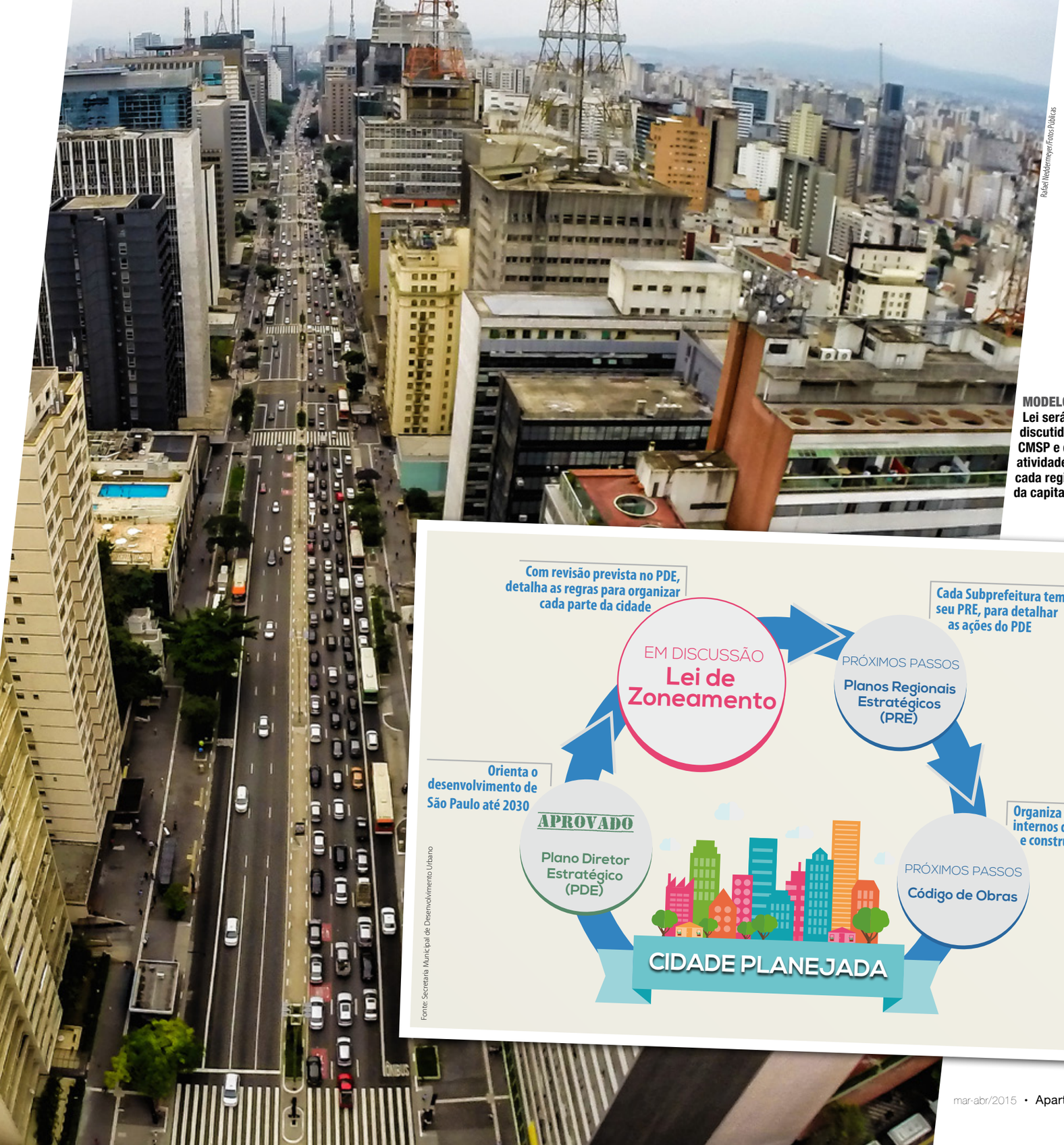
Com o Plano Diretor Estratégico aprovado, vereadores vão agora revisar a Lei de Zoneamento

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

No ano passado, o Plano Diretor Estratégico (PDE), que contém uma série de objetivos para nortear o crescimento da cidade até 2029, foi revisado pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Este ano, nos próximos meses, os vereadores vão discutir a proposta de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), a chamada Lei de Zoneamento, considerada uma continuação do PDE, pois especifica as diretrizes estabelecidas pelo Plano.

A Lei de Zoneamento define as atividades que podem ser instaladas nas diferentes regiões (zonas) de São Paulo e como as edificações devem estar implantadas nos lotes para proporcionar boa relação com a vizinhança. É com base nessas regras que a Prefeitura autoriza obras e instalações de novas atividades nos bairros. "A Lei de Zoneamento é a aplicação prática do Plano Diretor", resume o presidente da CMSP, Antonio Donato (PT). Segundo ele, a lei é a ferramenta com a qual o Poder Público executa o planejamento urbano, detalhando em cada bairro, quadra ou rua o que pode existir e funcionar. A lei vai definir, por exemplo, em quais ruas poderão ser construídas moradias populares e quais áreas terão o meio ambiente protegido.

Segundo Donato, a Câmara fará com que a proposta da nova Lei de Zoneamento seja muito debatida pelos vereadores e pela sociedade antes de entrar em vigor. "Como mexe profunda-



Rafael Neddermeyer/Fotos Públicas

MODELOS Lei será discutida na CMSP e definirá atividades para cada região da capital

• O Plano Diretor permite que a Lei de Zoneamento crie outras zonas
(*) O uso não residencial pode ser comercial, institucional, serviços ou industrial

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

mente com a vida de quem mora e trabalha em São Paulo, temos de assegurar a total participação dos paulistanos na elaboração, inclusive com a realização de audiências públicas", afirmou à **Apartes**. "Pela característica da lei, com um grande nível de detalhamento, acredito que será um debate maior até do que houve no Plano Diretor", prevê.

O presidente também afirmou que a Câmara vai aproveitar a experiência acumulada na discussão do PDE para dar ampla divulgação sobre o assunto e oferecer aos vereadores condições técnicas para esmiuçar o projeto, discutindo-o de forma transparente. "Quem comparecer à Câmara para acompanhar os debates, ou participar das audiências, deve estar devidamente informado, pelo Legislativo Municipal, para compreender o que está sendo discutido, conhecer o teor do projeto e ter total clareza sobre o texto a ser votado", explicou Antonio Donato.

AMPLIAÇÃO • Toninho Vespoli propôs mais prazo para os debates

Equipe de Eventos/CMSP

PRORROGAÇÃO

O Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014) estabeleceu que a Prefeitura teria o prazo de 180 dias, a partir da sanção da lei (ocorrida em 31 de julho), para enviar à Câmara Municipal o projeto de lei (PL) com a revisão da Lei de Zoneamento. Entretanto, em 28 de janeiro, três dias antes do fim do prazo, o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Fernando de Mello Franco, encaminhou ofício à CMSP solicitando que a Prefeitura tivesse mais 90 dias para enviar o documento. Franco declarou, em audiência pública, que o adiamento é necessário para que haja mais debates. "Estamos estudando a melhor forma de atender aos desejos da população e temos diversos canais abertos para que todos possam apresentar sugestões", afirmou o secretário. O Colégio de Líderes da Câmara, que reúne todos os partidos, aceitou o pedido da Prefeitura.

Desde agosto, o Executivo tem realizado encontros e audiências públicas para debater a revisão da Lei de Zoneamento. No site *http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/principal-zoneamento* está disponível uma minuta (esboço) do projeto, e os internautas puderam enviar sugestões. Segundo a Prefeitura, foram recebidas mais de 5 mil contribuições, presenciais e on-line. Essas propostas estão sendo analisadas e serão, possivelmente, incorporadas ao PL que será encaminhado à CMSP.

OBSTÁCULO • Demora para votar a Lei de Zoneamento pode criar problemas, diz Paulo Frange

Ricardo Rocha/CMSP

O vereador Toninho Vespoli (PSOL) pretende que Prefeitura e Câmara tenham mais tempo para debater as mudanças na Lei de Zoneamento. Por isso, apresentou o PL 16/2015, ampliando o prazo para o Executivo encaminhar a proposta. Se o projeto for aprovado, a Prefeitura terá até seis meses, a partir de sua sanção, para enviar a revisão da LPUOS aos vereadores, que por sua vez teriam, no mínimo, mais seis meses para analisá-la. "A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo é mais importante até do que o Plano Diretor, pois detalha a forma como a cidade vai crescer", afirma Vespoli. "Alguns urbanistas chegam a dizer que o Plano Diretor é perfumaria, e o que importa é a Lei de Zoneamento", diz o vereador.

A ideia da prorrogação, conta Vespoli, surgiu em conversas com a população. "As pessoas estão pedindo que as discussões sejam levadas para suas regiões, porque sabem dos problemas locais, o que é melhor fazer em seus bairros", explica. De acordo com o vereador, a iniciativa aumentaria a transparência do processo.

Na justificativa do PL16/2015, Vespoli informa que em três cidades norte-americanas, Filadélfia, Jérsei e Washington, menores do que São Paulo, as discussões demoraram mais tempo. "Em Washington, o Código de Zoneamento foi rascunhado durante o ano de 2007 e o processo de participação pública durou de janeiro de 2008 a maio de 2011", afirma o parlamentar.

Contrário à proposta de ampliação do prazo, o vereador Paulo Frange (PTB) acredita que a extensão de 90 dias, pedida pela Prefeitura e aceita pela CMSP, é suficiente para realizar novas audiências públicas e recolher mais solicitações dos paulistanos. "O PDE traçou as diretrizes e deixou muito claro os conceitos que deverão ser aplicados na Lei de Zoneamento", afirmou Frange ao *portal da CMSP*. "A sociedade participou como nunca da discussão do PDE", completou o vereador. Segundo ele, a demora na votação da Lei de Zoneamento pode criar problemas para o setor de construção civil e para a população, que ficarão esse tempo sem saber o rumo da ocupação dos espaços da cidade.

Aprovada pelos vereadores, a LPUOS em vigor (Lei 13.885/2004) foi sancionada pela então prefeita Marta Suplicy em 24 de agosto de 2004, quase dois anos após a revisão do Plano Diretor, que recebeu a sanção em 13 de setembro de 2002.

Marcelo Ximenez/CMSP

ORGANIZAÇÃO
Donato, sobre a Lei de Zoneamento: "Mexe profundamente com a vida de quem mora e trabalha em São Paulo"

Festa da rima

Primeira edição do Prêmio Sabotage celebrou talentos do hip hop e lembrou a violência na periferia

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Mozart Gomes/CMSP

VENCEDORES
Cris, Lauane e Daiane (filhas de DJ Lah), Carlostep, Bonga e Tamires (filha de Sabotage)

"O mesmo Estado que às vezes premia também mata", afirmou o grafiteiro e arte-educador Donizete de Souza Lima, o Bonga, ao receber o Prêmio Sabotage, no Salão Nobre do Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), na noite de 20 de março. Com mais de 20 anos de carreira e trabalhos apresentados em países como Chile, Canadá, França e Itália, o artista dedicou o prêmio aos "milhares de moleques mortos" nas periferias e aos painéis de grafite apagados pelo poder público.

Foi essa a pegada da primeira edição do Prêmio Sabotage, concedido pela Comissão Extraordinária Permanente dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da CMSP para homenagear os talentos do hip hop. Do começo ao fim do evento, a celebração dividiu espaço com a crítica social. "Estamos aqui para denunciar o genocídio da população preta periférica. Sabotage representa isso", disse o rapper André Luiz dos Santos, o Pirata, após receber a presidência do evento das mãos da vereadora Juliana Cardoso (PT) – o outro vereador presente foi Netinho de Paula (PCdoB).

O prêmio levou dez anos para sair do papel. O projeto de resolução (PR) que criou a premiação foi apresentado em 2005, pela então vereadora Soninha, dois anos após a morte de Mauro Mateus dos Santos, o Sabotage (saiba mais na pág. 42). Os vereadores aprovaram o PR em 2008, dando origem ao Prêmio. A ideia foi posta em prática no ano passado, com um requerimento enviado à Câmara pelo Fórum Hip Hop, que visa promover o diálogo entre os jovens do movimento e as representações da administração pública municipal.

As categorias contempladas na premiação (melhor DJ, MC, grafiteiro e b-boy) homenageiam os quatro elementos que formam a cultura hip hop: gente que toca, canta, desenha e dança, respectivamente. Cada vencedor recebeu uma Salva de Prata confeccionada pela CMSP.

No evento, Sabotage foi representado pela filha, Tamires Rocha Mateus dos Santos, 20 anos, que hoje canta rap ao lado do irmão Wanderson, o Sabotinha, no grupo Família Sabotage. "Meu pai lutava pelo hip hop e pela periferia. Eu e minha família ficamos muito felizes com esse prêmio", elogiou Tamires. Outras homenageadas no lugar do pai assassinado foram Daiane, 15 anos, e Lauane Cavalcante de Souza Grimas, 17. Elas são filhas de Laércio Grimas, o DJ Lah, uma das sete pessoas mortas em uma chacina ocorrida em 2013, no Jardim Rosana, zona sul de São Paulo. "É bom ver que continuam a reconhecer o trabalho do nosso pai e lembrar a injustiça que foi cometida contra ele", disse Daiane.

Ao pegar o microfone, a vencedora da categoria MC, Cristiana

Prêmio Sabotage

OS VENCEDORES

Spensy Pimentel/Pública

Melhor Disk Jockey (DJ)
Laercio de Souza Grimas, o DJ Lah *(in memoriam)*

Melhor Mestre de Cerimônia (MC)
Cris SNJ

Divulgação

Tamires Santana

Melhor Grafiteiro
Donizete de Souza Lima, o Bonga

Melhor Dançarino (Break Boy)
Carlos Roberto da Silva, o Carlostep

Mozart Gomes/CMSP

A grande esperança do rap

Cezar Schaeffer

ÍDOLO • **Mauro Mateus dos Santos, o Sabotage**

"Mauro Mateus dos Santos - o Sabotage - era, talvez, a grande esperança do gênero musical brasileiro que mais esperança traz aos jovens de nossas periferias: o rap, ou, latu sensu, a cultura do hip hop. Era o mais admirado, o mais querido, o mais respeitado - inclusive pelos míticos Racionais MC's, que o apoiaram no início de carreira", afirmou a então vereadora Soninha, na justificativa do projeto de resolução que originou o Prêmio Sabotage, em 2005.

Abandonado pelo pai antes do nascimento, Mauro foi criado pela mãe, que trabalhava como faxineira e vivia na Favela do Canão, na zona sul de São Paulo, "num ambiente onde seus tios e parentes muitas vezes o embalaram no sono e trocavam suas fraldas com revólver na cintura", como descreve Toni C. na biografia de Sabotage, *Um bom lugar*. Mauro começou a trabalhar como "olheiro" do tráfico de drogas aos oito anos e, na juventude, continuou a avançar na hierarquia do crime. Mas nunca desistiu do sonho de ser músico.

O talento de Sabotage chamou a atenção de rappers como Rappin' Hood e os integrantes do grupo RZO, que o ajudaram a trocar o crime pela carreira musical. Sua trajetória foi tão rápida quanto o ritmo das rimas que pipocavam da sua boca. Em dois anos, lançou um álbum que marcou a história do hip hop nacional, *O rap é compromisso*, participou de dois filmes de sucesso, *O Invasor* e *Carandiru*, e gravou com bandas como Charlie Brown Jr. e Sepultura.

Mesmo tendo largado o tráfico, as velhas questões do mundo do crime voltaram para persegui-lo. "Se eu fizer sucesso, a inveja dos caras não vai me deixar viver em paz", disse uma vez para o amigo Rappin' Hood. Em 24 de janeiro de 2003, foi morto com quatro tiros. Tinha 29 anos. Em 2010, Sirley Menezes da Silva, acusado pelo crime, foi condenado a 14 anos de prisão. Sobre o músico que dá nome ao prêmio da CMSP, afirma Toni C: "Sabotage personifica numa só pessoa as mais profundas mazelas sociais de nosso Brasil".

Aparecida de Souza (Cris), 38 anos, do grupo SNJ, preferiu cantar. "Eu não sou boa de falar, mas a gente rima", disse, antes de emendar com o rap *Se tu luta, tu conquistas*. De lutas e conquistas ela entende: com 23 anos de trajetória, Cris agora se prepara para lançar o primeiro trabalho solo. "Quando comecei, o hip hop era muito fechado para as mulheres. Melhorou muito, mas ainda tem muitas barreiras a serem derrubadas", afirmou à **Apartes**.

"O prêmio é lindo, maravilhoso, mas a realidade é nua e crua: a gente está lá sofrendo", disse Carlos Roberto da Silva, 35 anos, b-boy do grupo Silêncio Crewativo, que utiliza a dança e o grafite como ferramentas educativas. "Tentamos modificar a realidade da nossa comunidade", disse. "O hip hop não é só o mike (microfone), a picape ou o buti (tênis). São as pessoas. Ontem a casa da menina do nosso grupo alagou. Eu saí do trampo e corri para lá ajudar. Isso é hip hop", completou.

Na noite de estreia, o Prêmio Sabotage terminou com um coquetel no Restaurante-Escola e um show de hip hop no Auditório Externo Freitas Nobre. Mesmo felizes com as homenagens e a festa, os participantes não se esqueceram dos problemas que continuavam a esperar do lado de fora. Bonga comentou: "Tem muita gente que vai sair daqui e tomar geral ou sofrer alguma forma de preconceito".

SAIBA MAIS

Livro

Sabotage - Um bom lugar: biografia oficial de Mauro Mateus dos Santos. Toni C. LiteraRUA, 2013.

Filmes

Sabotage Nós. Direção de Guilherme Xavier Ribeiro. 2013.

Sabotage: o Maestro do Canão. Direção de Ivan 13P. 2015.

CONSUMO CONSCIENTE DE ÁGUA:
FAZENDO A NOSSA PARTE, NÃO HÁ DESPERDÍCIO.

ENCURTE SEU BANHO

USE ÁGUA DA CHUVA OU DE REUSO PARA REGAR AS PLANTAS

PREFIRA LAVAGEM A SECO PARA SEU CARRO

SOMENTE LIGUE AS MÁQUINAS DE LAVAR LOUÇAS E ROUPAS QUANDO ESTIVEREM TOTALMENTE CHEIAS

NÃO USE A MANGUEIRA PARA VARRER CALÇADAS E QUINTAIS

NÃO JOGUE LIXO NO VASO SANITÁRIO

ENCHA A PIA PARA LAVAR A LOUÇA

UTILIZE UM COPO COM ÁGUA PARA ESCOVAR OS DENTES

EVITE QUE CRIANÇAS BRINQUEM COM ÁGUA

CONSERTE VAZAMENTOS EM TORNEIRAS, CANOS E DESCARGAS

PORTAL CMSP
www.camara.sp.gov.br

TV CÂMARA SP
Canal 61.4 (aberto digital)
Canais a cabo 7 (digital)
e 13 (analógico) NET

@camarasaopaulo

/camarasaopaulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

CÂMARA NO SEU BAIRRO.
A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PAULO VAI AO SEU ENCONTRO POR UMA CIDADE MELHOR.

É a chance de apresentar as necessidades
e sugestões para a sua região.

- Serão realizadas 32 sessões plenárias em toda a cidade neste ano.
- Confira as datas e locais de todas as sessões em www.camara.sp.gov.br.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Portal da Câmara
www.camara.sp.gov.br

TV Câmara www.tvcamara.sp.gov.br
Canal Aberto Digital 61.4
Net - Canais 13 (Cabo) e 3 (Digital)

É a Câmara de Vereadores de São Paulo
cada vez mais perto de você.

facebook.com/camarasaopaulo
twitter: @camarasaopaulo

DCE/DMSP